

Investigação em morfogénese urbana, enquanto factor de produção e promoção patrimonial

Miguel Sopas de Melo Bandeira *

Considerando prévio

Extrai-se da motivação anunciada para o presente encontro a meritória iniciativa de se proceder ao apelo da Universidade do Minho em torno do tema do património arquitectónico, razão sinérgica do objectivo de *dinamizar as valências* afins entre nós existentes e *potenciar a colaboração transversal (...)* tendo em vista a definição de uma área estratégica e de excelência da instituição. Tratando-se de um chamamento tendo por base a enfatização utilitária dos crescentes recursos económicos que este segmento cultural tem vindo a mobilizar, ainda que privilegiando a relação directa que estabelece com as *indústrias do turismo* – associação esta, porém, amiúde as vezes indutora de equívocos redutores –, importa sempre salientar a sua dimensão mais abrangente, mesmo que delimitada ao objecto conceptual da arquitectura. Isto é, sendo este necessariamente um domínio mais vasto, por se inscrever no âmbito basilar dos foros da cultura e das humanidades, corresponde a um desígnio estratégico de toda a universidade, particularmente entendido ao nível das valências que implicam a construção da sua própria natureza e na

* Texto da comunicação apresentada ao Encontro “O Património Arquitectónico da Universidade do Minho” realizado em Guimarães em 26 de Novembro de 2003.

afirmação identitária da academia e das comunidades que integramos. Daí que, embora as vertentes utilitárias ou aplicadas do, e sobre o, património arquitectónico suscitem toda uma premência pró-activa e formal, não faz de todo em todo sentido prosseguir essa senda sem que esta possa também ser sustentada por uma praxis reflexiva e crítica, facto que se impõe, *à priori* de qualquer plano de abordagem, pelo menos, chamemos-lhe assim, na esfera dos *conteúdos*. Como em todos os domínios da ciência e da técnica e, muito mais ainda, no cultivo do património, só existirá verdadeiro sentido na acção se esta privilegiar a precedência do ser sobre o ter, mesmo nos casos em que seja suscitada a prioridade atribuída a tudo que é inadiável.

Por estas razões justifica-se que o encontro agora em marcha possa constituir o primeiro passo de um inevitável caminho a percorrer, mais vasto, susceptível de aprofundar as implicações imateriais do património que, entendemos por pacífico, constituem o último garante da sua eleição e, diríamos mesmo, da sua plena sustentação como desígnio colectivo.

Não pretendendo, porém, subtrair-nos à oportunidade do contexto, não poderíamos deixar de apresentar algumas perspectivas aplicadas, referentes ao desafio proposto, que de algum modo se encaixam nas linhas de investigação que temos vindo a perseguir nos últimos anos e que tomam como exemplo o estudo do património urbanístico da cidade de Braga.

Rumos e desafios colocados ao património urbano

De algumas décadas para cá a redescoberta da identidade local, ou o esforço de construção de uma outra, nova, tida por estratégica para as finalidades do desenvolvimento, constitui uma reacção natural e legítima face à triturante uniformização dos padrões de cultura hegemónicos, aos efeitos mais funestos daquilo que tem sido genericamente designado por globalização.

Concretamente, as aceleradas taxas de crescimento sentidas nas nossas cidades de escalonamento intermédio, sobretudo a partir dos anos sessenta, particularmente associadas à efectiva decomposição da ocupação tradicional

do território, impuseram profundas alterações às paisagens urbanas e, sobretudo, às suas cercanias rurais, num processo de pulverização que, entre outras consequências, extinguiu essa confortável dicotomia cidade-campo. Em sua substituição, com o colapso do mundo rural activo, muita dessa energia de regulação identitária transferiu-se para uma outra dicotomia, a do centro e periferia. Não sendo propriamente um facto novo para quem vem acompanhando a dinâmica contemporânea do fenómeno urbano, a proporcionalidade exponencial da transformação superou, em tom de sobreposição ameaçadora, a escala humanizada dos núcleos pré-industriais. Assim, recaiu sobre a cidade histórica um pesado fardo de expectativas e um atributo de essencialidades que, de algum modo, lhe proporcionou a recuperação da função de reduto que tivera outrora. Num certo sentido, os *cascos* urbanos têm merecido uma densidade de atenções inversamente proporcionais à permissividade e ao abandono a que foram votadas as novas áreas de expansão, originando, mesmo no plano do património, a desarticulação das leituras do espaço urbano como um todo indeslindável.

Perante a exaustão teórica e conceptual incidente sobre os *centros históricos* e a sua consagração pelo senso-comum como uma área de intervenção *politicamente correcta*, recuperou-se a oportunidade do reencontro com os subúrbios, reelegendo-os como tema da actualidade. Aconteceu o mesmo com a *casa do emigrante*. Depois de andarmos todos a “bater nela” ao ponto de quase atingir a auto-culpabilização dos seus promotores, redescobriu-se entretanto o valor histórico e social da sua evidência, procurando-se então entender as suas idiosincrasias. Com as áreas periféricas desenha-se uma *reprise* da mesma atitude, só que desta vez eis-nos descalços de qualquer enquadramento ideológico ou pretensiosismo doutrinário tutelar, facto que acentua alguma orfandade nostálgica, remissiva aos tempos em que se pugnava pela imposição de um quadro de juízos de valor referencial, para não dizer vanguardista.

Apesar da intervenção canónica nos *centros históricos* não ser isenta de divergências conceptuais, mesmo na perspectiva daquilo que parece óbvio, por se supor consensual, ou até, mais do que as ameaças hocráticas de escala autárquica, não nos poderemos olvidar do pulsar activo de algumas propostas forjadas no seio do *modernismo* vanguardista, apontadas por Paulo

Varela Gomes (1993) como específicas de uma *delinquência juvenil* e que, é sabido, o tempo não amadureceu nem amansou, mantendo ainda, sob a capa de uma conveniência distorcida ou ilusão *fachadista*, a susceptibilidade latente face a eventuais circunstâncias de ruptura. Como nos recorda L. Mumford (1951), num mundo onde o *símbolo* e a *expressão* são esmagados pela arrogância da técnica, a esfera do negócio que a absorveu, acrescentaríamos, mantém o cenário de catástrofe sempre como uma eventualidade possível e actual.

Será pois, sobretudo, nas periferias, onde os turistas nunca vão, que o património terá de constituir um motivo de salubridade urbana, um factor de mobilização de cidadania e consciência cívica participante. É aí que vulgarmente está sediada a noção de vazio patrimonial. Não apenas pela desconsideração dos testemunhos convencionais, isolados, que a frente de expansão urbana vai deglutindo sem apelo nem agravo – recorde-se que a ideia de concentração é cara ao arquétipo de museu (e, também ao ideal de monopólio), factor que contribui para a desvalorização dos valores dispersos – mas, sobretudo, pela ausência de investimento no domínio da criação de novo património, em particular o arquitectónico. Aqui, além de alguns quantos exemplos refinados de “casa autista” de uma elite ainda por sedimentar, quantas vezes implantada em condomínio fechado, cega sobre todos os planos para o exterior, a indigência da paisagem é tanto mais gritante ao nível do que é possível descortinar como sendo o sector dos espaços públicos. Mesmo até ao nível dos equipamentos colectivos urge transpor o paupérrimo triângulo paroquial, constituído pelo edifício da junta, o polidesportivo e o campo de futebol.

Prescindindo de discorrer do que tem sido eleito como *centro histórico*, em sentido restrito, também não se poderá dizer que o espaço contemporâneo consolidado das nossas cidades intermédias tenha ido muito mais além. Aqui, quantas vezes nos vemos confinados ao fontenário, ao parque temático, ao grande auditório, à piscina, às infraestruturas rodoviárias (tipo, rotundas-túneis-viadutos), aos equipamentos públicos tipificados, havendo pouco mais a acrescentar. Resta-nos o novo estádio, essa glória já consensualmente sacralizada como *a nova catedral* dos nossos dias. Mas este, não sendo extensível a todos os centros urbanos, é também ele já o rastilho de uma outra história.

Torna-se pois um imperativo romper com o acantonamento patrimonial no *centro histórico*, espécie de reduto museológico, quantas vezes branqueador do abandono a que é sujeito o resto do espaço urbano. Nestas circunstâncias, jamais se reclamará a patrimonialização da actualidade se não se souber renovar a auto-estima e a consciência identitária da comunidade. Retomando as referências aduzidas por L. Mumford, há que percorrer a *expressão* e o *símbolo* das nossas apetências colectivas, de modo a prosseguir conscientemente com essa vocação inata de todas as gerações, que é a necessidade incessante de construir memória. E isso leva tempo e dedicação.

Uma das vias possíveis para atingir essa finalidade passa pela produção e promoção do património cognitivo. Ainda que imaterial e aespacial ele poderá estimular o imaginário dramático dos urbanitas. Ainda que necessariamente tenha a sua origem no *templo da cidade histórica* – também ele ameaçado pela *standartização* global – será, todavia, a partir dessa escala que poderemos almejar a recuperação de um rasto de fundo ideal. Circunscrito muitas vezes ao âmbito formal, o *centro histórico* é sempre um limite de pulsões, fomentador de cidadania e, simultaneamente, de emancipação individual, passível de mobilizar exemplaridades extensíveis às periferias, nem que seja somente na expectativa do cultivo de novas exigências urbanas.

Concepção de uma *base de dados* orientada para o estudo da geografia urbana de Braga – um estudo de caso ¹

Recorrendo a um estudo já desenvolvido há algum tempo, poderemos dar o testemunho de uma investigação académica que proporcionou a concepção de uma base de informação de apoio, que tem vindo a servir diversos fins, tais como publicações de documentos e instrumentos de divulgação do património urbano da cidade de Braga, na sustentação do debate público das temáticas referentes ao planeamento urbano, na edição toponímica, nos processos de classificação de bens patrimoniais, na dinamização de eventos culturais, no associativismo e, em geral, na participação cívica activa.

Efectuada uma pesquisa exaustiva da série das *Obras Urbanas* (OU), localizada no Arquivo Municipal de Braga (AMB), que decorreu ao longo de cerca de três anos, pudemos confrontar o repositório documental básico revelador do envolvimento do principal agente público no processo de urbanização da cidade – a Câmara Municipal de Braga. A sua pesquisa é, por assim dizer, um desiderato incontornável para quem pretenda conhecer a evolução urbana de Braga nestes dois últimos séculos. Trata-se de um manancial informativo amiúde utilizado, cujo manuseamento é, ainda hoje, frequentemente objecto de consulta por parte dos serviços técnicos camarários.

Não é por demais recordar que as OU configuram, à partida, um arquivo de processos de *obras públicas*, pelo que legitimamente se pode esperar que aí se encontrem reunidas, de um modo sistemático e exaustivo, as informações relativas ao processo de urbanização da cidade desde que estas passaram a ser sistematicamente coligidas. Lembremo-nos também que, para além do que a sua designação sugere, as OU contemplam uma miríade de assuntos urbanos que vão desde os projectos de equipamentos colectivos, passando pelos arranjos urbanísticos, iniciativas de recuperação de património arquitectónico, levantamento de monumentos e aformoseamentos públicos, planeamento urbanístico, abastecimento de água, infraestruturas viárias, regulamentação urbana, reparações e manutenção de obras diversas, infraestruturas de saneamento pluvial e de esgotos, circulação urbana, telecomunicações, iluminação pública, aquisição de materiais, instrumentos e equipamentos, mobiliário urbano, etc. Muitos destes assuntos podem ser analisados à luz das *memórias descritivas*, *projectões orçamentais* e dos planos de *medições de trabalhos*, através dos *processos de arrematação* de empreitadas, subempreitadas e aquisição de materiais e serviços, das *transacções* de propriedade, *expropriações* e permutas, enfim, das referências cartográficas e de variada documentação anexa que nos ilustra os contornos menos formais e até os factos mais imprevistos, que rodearam esses processos.

Perante a realidade exposta e em face da ciclópica tarefa de o consultar, registar e classificar, foi, desde logo, nossa primeira preocupação construir uma *base de dados* minimamente operativa e suficientemente exaustiva que nos permitisse organizar a informação e disponibilizar os mais distintos cruzamentos, inventariações e demais recolhas.

A distribuição da documentação não é uniforme. Se, por exemplo, rapidamente se conclui que a maior parte da informação referente aos espaços urbanos centrais ocupa a primeira metade do acervo, também é um facto que aí se concentra o maior volume da documentação reunida. Nesta ordem de ideias temos que, sendo os espaços centrais os locais de maior densidade de interferências e mais prolongado número de intervenções, quer em quantidade, quer em variedade, é natural e compreensível que venhamos a encontrar os processos mais recentes na segunda metade da documentação existente. Por outro lado, a diversidade do acervo e o volume individual dos processos (e, em certos casos até, a frequência com que os documentos surgem duplicados), aumenta na mesma medida em que a complexidade da vida urbana o determina. Por esta ordem de ideias, só na segunda metade da *série* deparamos com caixas integralmente constituídas por plantas e desenhos.

Os períodos de maior ou menor autonomia autárquica também se projectam na composição arquivística. As fases de maior centralismo administrativo estão associadas a um volume mais elevado de documentação e simultaneamente a um maior tráfego da correspondência e diversidade de intervenientes que, de certo modo, se consubstancia num acentuado número de tutelas, mediadores e pareceres.

Em síntese, o *pano de fundo* que, à partida, parece querer reger a organização das OU está subordinado a um critério privilegiadamente topológico de ordenamento dos documentos sem que, devido ao extenso período que abarca, deixe de escamotear a tendencial interposição cronológica. Ao nível de cada caixa, enquanto é possível conter os processos referentes a um mesmo lugar, a organização geralmente traduz o empilhamento dos documentos mais recentes sobre os mais antigos. Os processos de maior envergadura tendem, por seu turno, a ser arrumados em fascículos relacionados com as diferentes fases de um dado projecto

Ao todo consultámos um universo de 145 caixas de *processos* correspondentes a um total de 150 anos de memória² do envolvimento autárquico no processo de urbanização da cidade de Braga. Desta feita os nossos esforços heurísticos permitiram determinar um total bruto de 1923 *fichas base* de referência.

Sobre o critério de classificação apresentado importa referir que o produto da investigação traduz uma leitura orientada na prossecução da finalidade reconstitutiva do espaço urbano de Braga contemporâneo. Nesse sentido, cada *ficha* de registo não implica necessariamente a individualização estanque de um processo, até porque, como é facilmente compreensível, a própria realidade não é, nem nunca foi, compaginável com esse idealismo burocrático. As reestruturações dos critérios organizativos que, diga-se de passagem, geralmente traduzem uma necessidade de adaptação a novos contextos, frequentemente têm por hábito impor uma nova classificação ignorando a anterior, pelo que, tempos passados, também esta se revela desadaptada, tornando-se assim, por consequência, igualmente transitória. Nesse propósito entendemos adequado considerar com igual critério substancial a individualização de conjuntos de documentos que denominamos de *unidades documentais* e que, embora não constituam processos de obras no sentido estrito do termo, reúnem uma organização de documentos respeitantes a uma intervenção urbana coerente e objectiva.

A partir do presente ficheiro foi possível detectar e avaliar as diferentes fases de animação e estagnamento por que passou a cidade, individualizar as grandes regularidades dos pulsares urbanos, extrair elementos referentes aos seus padrões de organização espacial e, enfim, perscrutar toda a dinâmica modelar e casuística que, afinal, foram e são, no seu conjunto, elementos fundamentais para a compreensão da evolução do espaço urbano da cidade de Braga.

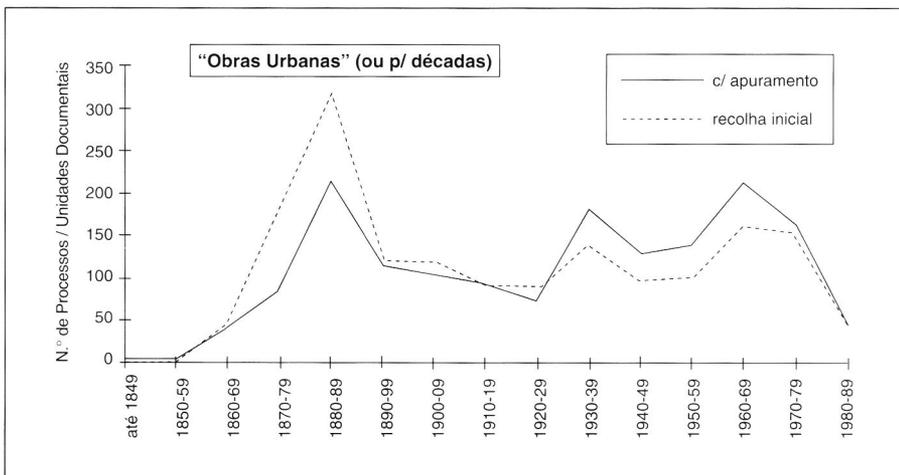
Do total das 1923 *fichas* de registo reunidas, 60,1% respeitam ao século XX e 37,1% ao anterior, sendo os restantes 2,7% (51) destituídas, *a priori*, de uma data determinada ou período de tempo circunscrito.

A visão geral dos primeiros ordenamentos documentais, resultantes de um processo de recolha exaustivo e prolongado, dá-nos a possibilidade de individualizar três *picos* evidentes de produção documental, ao nível do conjunto informativo, designado por *obras urbanas*, sendo de destacar os seguintes períodos:

- as décadas de *setenta* e *oitenta* do século XIX;
- os *anos trinta* do século XX; e
- as décadas de 1960/70.

Subsequentemente passou-se a um processo de apuramento que visou dotar o suporte informativo de maior manuseabilidade. Enquanto processo preliminar da *base de dados* levou-nos a dispensar determinados elementos de informação que, pela sua especificidade residual ou desajustamento dos objectivos da nossa investigação foram omitidos na análise, facto que tivemos oportunidade de apresentar em anterior trabalho³.

A análise comparada entre a recolha preliminar de informação e o resultado do adicionamento provocado pela seriação das *unidades documentais* por décadas, entretanto obtida, sobre a primeira fase de apuramento do ficheiro OU, mostra-nos uma variação significativa entre as duas centúrias. Aparentemente o século XIX terá perdido peso face ao seguinte, mas pensamos que tal facto se deve mais à desvinculação dos processos das *Transacções Amigáveis*⁴ que, dada a sua especificidade, passaram a ser considerados à parte, do que propriamente devido a uma eventual fragmentação das respectivas *unidades documentais*. Contudo, este último efeito não deve ser desprezado, em virtude da exposição mais prolongada das produções documentais antigas face às recentes, já que estas últimas são, pela sua condição, menos susceptíveis aos efeitos reorganizadores e aos processos de remeximento decorrentes (ver figura).



Nota: não estão incluídos os documentos com data desconhecida.

Na realidade, a leitura do gráfico elucida-nos algo mais acerca da consequência do processo de apuramento levado a cabo sob a primitiva recolha da série das OU. Trata-se de uma alteração de perfil que estruturalmente não modifica o sentido das variações de produção documental, mas que tem resultados efectivos na leitura das proporções, sobretudo no que concerne aos *picos* de maior frequência. Tal como na primeira ponderação, subsistem os três *picos* de concentração de informação, situáveis respectivamente nos anos de *oitenta de oitocentos* e nas décadas de *trinta e sessenta* do século XX. Porém, regista-se uma alteração substancial no que concerne aos volumes comparativos da recolha documental efectuada entre estes períodos.

A revisão encetada trouxe uma quebra brusca do número de *unidades documentais* integrantes do século XIX face ao claro aumento do XX, sobretudo expresso pelos adicionamentos introduzidos em favor da primeira década do referido século e dos *anos trinta e setenta*. De notar ainda, a tendência para um maior *aplanamento*, com conseqüente aproximação dos valores mais elevados, o que poderá traduzir uma acentuada homogeneização dos ritmos de produção documental e, por consequência, da paridade dos períodos de animação de obras. Ainda assim, e dentro dos atributos qualitativos deste ficheiro, que em última análise mais não pretende do que proceder à identificação e operacionalização de um acervo com importância fundamental, fica claro que os últimos 40 anos do século XIX representam cerca de 30% do total informativo bruto patente nas *Obras Urbanas* municipais de Braga.

Por fim refiram-se os escassos valores da década de oitenta do Século XX. A causa para o sucedido certamente não andarà muito longe do facto do repositório considerado não incluir a totalidade dos *processos* respeitantes à própria década em que se insere. Na verdade os ainda pouco distantes anos oitenta inserem-se, por assim dizer, no presente ciclo autárquico que, por se encontrar na fronteira entre o *arquivo morto* e a condição de projectos em curso, naturalmente não completam a *sedimentação* arquivística requerida.

Em síntese, não será inteiramente despiciendo reafirmar que o *móbil* do presente trabalho não resulta tanto de um objectivo em si mesmo isolado, ele próprio necessário e, permitam-me acrescentar, igualmente útil – no que concerne à obrigação de divulgarmos e preservarmos o património arquivístico

municipal –, mas tão só de se dispor de um suporte documental básico imprescindível à pesquisa do património urbano, susceptível, inclusive, de ser aplicado a outras cidades, ou conjunto de espaços urbanos.

O estudo da morfogénese urbana: uma utilidade mais do que utilitária

A consciência da memória é um garante da cultura de exigência para o nosso futuro comum, é a franquia de acesso à demanda reivindicativa de mais e melhor património, sobretudo no caso em que este é inadiavelmente reclamado para a nova franja de expansão das cidades. Sabe-se, no entanto, que a investigação só por si não é suficiente impositiva ou dissuasória para deixar a produção e a divulgação do património somente entregues à convicção da eficácia reguladora do(s) mercado(s) ou mesmo ao pragmatismo democrático linear, em particular quando este último assume feições de *evolucionismo* selectivo.

A recuperação da memória de uma cidade implica, também, um trabalho multidisciplinar que abarca várias perspectivas, diversos caminhos e sensibilidades, compreende uma busca necessariamente contínua e sempre inacabada. Consome tempo. Como testemunha o modelo heurístico enunciado, pressupõe um processo de sistematização documental que se abre a partir de diversas tipologias de *fontes*. Suscitando diversos cruzamentos e considerações que vão desde as memórias orais, da reconstituição das *histórias de vida*, até ao confronto com diversas expressões artísticas, com a imprensa e a bibliografia alusiva. Passa pelos arquivos de família, das instituições e das empresas, até projectar-se nos vastos acervos e séries documentais de obras públicas e privadas, locais e centrais. Desbrava-se no perscrutar da dialéctica realizadora cooperante/concorrente entre o protagonismo das administrações central e local e na prospecção das influências externas, sejam elas nacionais ou internacionais.

Por esta via poderemos minerar o filão extractor do património urbano enquanto utilidade recursiva do conhecimento e da compreensão da cidade

do passado, sabendo de antemão que esta já não existe, ou da qual sobram apenas alguns retalhos. Deste modo é possível buscar a essência dos seus referentes identitários ou, até, de encontrar outros adormecidos ou insuspeitos, susceptíveis de poderem ser recuperados.

O caso da cidade de Braga, ao evidenciar hoje as contradições e as entropias próprias de uma urbe que cresce sem planeamento, exhibe contudo, um *centro histórico* potencialmente vivo e reabilitável, já que, no fundamental, tem resistido aos efeitos fatais da desertificação humana. Como tal, a indagação do património cognitivo de Braga, em nossa opinião, constituirá, também, um factor objectivo de recuperação do valor instrumental do planeamento urbano. Pode contribuir para a consolidação de uma percepção evolutiva da cidade relativizadora do presente, desmistificadora de lugares-comuns, tantas vezes apresentados como sustentáculos de decisões arbitrárias e de soluções epidérmicas que mascaram interesses especulativos imediatistas.

Porém, o património cognitivo urbano não deverá ser somente um cerceador dos sentidos, o cheque em branco acético remetido ao deslumbramento do virtual, mas antes um promotor de dramaticidades e utopias, um estímulo ao exercício colectivo de vivências. Jamais um *fait-divers* inconsequente mas, digamos, uma espécie de ascese holística oponente às pretensas inevitabilidades do horizonte conformista. Se é um facto que o património não se faz sem elites, também é óbvio que não se consubstancia sem ser sancionado pela comunidade. O património conserva o já raro dom de conciliar uma certa apetência de nobilitação individual com a legitimidade dos ideais igualitários. Com o património urbano os acantonamentos ideológicos perdem muitas vezes o sentido face à transversalidade que suscitam, e isso é talvez uma dimensão bem mais preciosa do que as outras demais asserções.

O estudo da morfogénese urbana além de permitir sustentar o planeamento e o desenvolvimento de estratégias, democratiza também a ciência, porque rompe os campos disciplinares estanques, plasma o conhecimento científico com o senso comum. É instrumento de afirmação política e cívica. Compromete representantes e representados. Promove a compreensão intergeracional. Junta curiosos e especialistas, artesãos e arquitectos, ateus e sacerdotes.

Em síntese, as dimensões mais abrangentes do património cultural, ainda que este se manifeste pelo segmento da arquitectura, não se compadecem com abordagens mais ou menos imediatas, conceptualizadoras do seu domínio como de um mero recurso se tratasse. O património é um campo de sobrevivência, de fragilidades e de temperanças, de afectos e de emoções, muito susceptível às variações de carga, sobretudo quando estas se expressam na massificação do seu uso.

Notas

¹ Bandeira, Miguel Melo – *A Secção das Obras Urbanas da Câmara Municipal de Braga – Concepção de uma base de dados orientada para o estudo da geografia urbana...* opus cit.

² Por uma questão de referência, o período abarcado pode ser definido por duas datas extremas. O documento processual mais antigo é de 1835 e o mais recente data do ano de 1988. Porém, o facto de, ainda hoje, continuar a ser profusamente utilizado, bem como de absorver novas incorporações, estipulámos, por razões metodológicas, determinar uma *data-fecho* (31-8-1997).

³ Bandeira, Miguel Melo – *A Secção das Obras Urbanas da Câmara Municipal de Braga...* opus cit.

⁴ Trata-se de uma sequência processual que pode ser considerada como uma *subsérie*, por dizer respeito ao vasto processo de expropriações que ocorreu entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do seguinte, envolvendo por período de rectificações viárias que revolveu a cidade, *vid* série das Obras Urbanas – Arquivo Municipal de Braga.

Bibliografia

- Bandeira, Miguel Sopas de Melo – A expropriação coletiva de habitação na renovação urbana de Braga da segunda metade do século XIX. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, n.º 146 (018). <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(018\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(018).htm)> [ISSN: 1138-9788]
- *O Espaço Urbano de Braga – (1790-1974); obras públicas, urbanismo e planeamento; A cidade dos finais do Antigo Regime ao advento da II República* – Tese de Doutoramento (polico.), Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2001
- *A Secção das Obras Urbanas da Câmara Municipal de Braga – Concepção de uma base de dados orientada para o estudo da geografia urbana – Cadernos de Estudos Municipais* – secção de arquivística, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, n.º 10, Braga, Dezembro de 1998, pp. 9-25.
- Barbosa, Pedro Gomes – *Preservação e Memória – in O Património Local e Regional – Subsídios para um trabalho transdisciplinar*, ME – DES, Lisboa 1998, pp. 19-37.
- Fortuna, Carlos (org.) – *Cidade, Cultura e Globalização* – Celta, Ed., Oeiras, 1997
- Gomes, Paulo Varela – *Longe de Jerusalém – Vértice*, Maio-Junho de 1993, II serie, n.º 54, Lisboa, pp. 14-16.
- Marques, Hélder e Martins, Luis P. S. – *Memória, Herança, Património e Paisagem – Cadernos de Geografia*, n.º 17, 1998, Coimbra, FLUC, pp. 123-129.
- Mumford, Lewis – *Arte & Técnica* – (1952) Edições 70, col. *Arte & Comunicação*, Lisboa 2001, p. 143.

Oliveira, J. M. Pereira de – *O Património arquitectónico urbano à luz de um conceito de cultura viva e vivida* – *Cadernos de Geografia*, Coimbra, n.º 8, 1989, IEG, pp. 127-131.

Ministério da Cultura... – *Cartas e Convenções Internacionais* – Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), 1996.

Real, Manuel Luis – *Arquivos Municipais em Portugal: Porto. O Sistema de Arquivos da Câmara Municipal do Porto*. – *Cadernos de Estudos Municipais*, Braga (4/6) Nov.95/Dez. 1996, pp. 11-29.

– *G.I.S.A. – Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo – Um programa de gestão de cadeia de procedimentos arquivísticos – Páginas a&b (arquivos e bibliotecas)*, Ed. Colibri, Lisboa, (2) 1998, pp. 53-72.